

# Superior Tribunal de Justiça

**HABEAS CORPUS Nº 537.721 - GO (2019/0299269-0)**

**RELATOR** : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA  
**IMPETRANTE** : RODOLFO HENRIQUE SILVA SARAIVA  
**ADVOGADO** : RODOLFO HENRIQUE SILVA SARAIVA - GO052021  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS  
**PACIENTE** : RICARDO DE MATOS FAGUNDES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

## DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de RICARDO DE MATOS FAGUNDES - preso cautelarmente por suposta infração ao art. 35 da Lei n. 11.343/2006 - apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Goiás (HC n. 5567608.80.2019.8.09.0000).

Na presente impetração, a defesa alega, em síntese, não estarem presentes os requisitos autorizadores da medida constritiva cautelar previstos no art. 312 do CPP, ressaltando que o menor, que havia indicado o ora paciente como o proprietário da droga, voltou atrás em seu depoimento.

Sublinha ser o paciente primário e detentor de bons antecedentes.

Diante disso, requer, em liminar e no mérito, a revogação da prisão preventiva do paciente ou, subsidiariamente, a sua substituição por medidas cautelares alternativas, tudo com superação da Súmula n. 691/STF.

É o relatório. **Decido.**

De plano, verifica-se que o Tribunal de Justiça, ao julgar o *writ* originário, não analisou o decreto de prisão preventiva. Aliás, a Corte *a quo* destacou que "*não há outra conclusão senão a da existência de pleitos reiterados, cuja solução é o reconhecimento da litispendência, e de tese que não merece conhecimento, levando a extinção prematura daquele que foi proposto por último*" (e-STJ fl. 82).

# *Superior Tribunal de Justiça*

Dessa forma, inviável o conhecimento da questão suscitada no presente *writ* diretamente por esta Corte, sob pena de indevida supressão de instância, uma vez que a tese não chegou a ser apreciada pelo Tribunal estadual. A propósito, confirmam-se os seguintes julgados do STJ:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PLEITO DE FIXAÇÃO DE REGIME PRISIONAL MAIS BRANDO. NOTÍCIA DE SUPERVENIÊNCIA DE PROGRESSÃO AO REGIME SEMIABERTO. RECURSO JULGADO PREJUDICADO. TESE DE NÃO CONFIGURAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE ANTE A NÃO OCORRÊNCIA DA PROGRESSÃO. INTERESSE RECURSAL DEMONSTRADO. ANÁLISE DO MÉRITO DO RECURSO. TESE DE FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A IMPOSIÇÃO DO REGIME MAIS GRAVOSO. QUESTÃO NÃO APRECIADA NO HABEAS CORPUS ORIGINÁRIO. APELAÇÃO PENDENTE. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

*1. Ainda que o despacho juntado do juízo das execuções, determinando o aguardo da decisão sobre o incidente de regressão, não tenha o condão de demonstrar o alegado equívoco da decisão agravada ao julgar prejudicado o writ - uma vez que denota ter havido anterior progressão ao regime intermediário, vê-se de todo modo dar-se caso de supressão de instância, pois não apreciada a pretensão pelo Tribunal de origem, fato que obsta a análise da questão por este Sodalício.*

*(...).*

*3. Agravo regimental improvido. (AgRg no RHC 40.054/SP, Rel Ministro NEFI CORDEIRO, 6ª Turma, DJe 21/10/2014).*

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. DUPLA TENTATIVA DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. NULIDADES NO INQUÉRITO POLICIAL. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. NÃO CONHECIMENTO. DECRETO PRISIONAL FUNDAMENTADO. GRAVIDADE CONCRETA DA CONDUTA. PERICULOSIDADE DO AGENTE. RECURSO ORDINÁRIO CONHECIDO EM PARTE E DESPROVIDO.*

*I - A tese recursal relativa à eventuais nulidades ocorridas no inquérito policial sequer foi analisada pelo eg. Tribunal a quo, ao fundamento de que não foram apresentados documentos comprobatórios do alegado, razão pela qual o mandamus impetrado na eg. Corte de origem foi parcialmente conhecido.*

*II - Assim sendo, fica impedida esta eg. Corte de analisar a*

# *Superior Tribunal de Justiça*

*quaestio ventilada no recurso, sob pena de indevida supressão de instância, já que o eg. Tribunal a quo não se manifestou acerca das alegadas nulidades.*

*(...). Recurso ordinário conhecido em parte e, nesta parte, desprovido. (RHC 45.246/RS, Rel. Ministro FELIX FISCHER, 5ª Turma, DJe 13/10/2014).*

Por outro lado, uma vez reconhecida a reiteração de impetração anterior, não configura constrangimento ilegal a negativa de seguimento de *habeas corpus* pelo Tribunal de origem.

Ante o exposto, **indefiro liminarmente** o presente *mandamus*.

Intimem-se.

Brasília/DF, 04 de outubro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA  
Relator